

Grande Guerra – A Campanha Portuguesa em África

Aniceto Afonso¹

Coronel

Investigador do Instituto de História Contemporânea
da Universidade Nova de Lisboa

Necessidade da campanha, em geral

Existe um conjunto de condicionantes sobre as quais devemos refletir sempre que analisamos a campanha portuguesa em África durante a Grande Guerra.

Em primeiro lugar, a nossa análise deve recair especialmente sobre os seguintes pontos: Características que envolvem a herança colonial portuguesa; Grandes linhas das relações entre as potências coloniais; Estratégia das diversas potências perante a guerra em África; Disputa concreta dos respetivos territórios coloniais.

Em segundo lugar, temos de considerar as ameaças que pendiam sobre os territórios coloniais e qual a estratégia do governo português e os seus fatores. Só assim

¹ Coronel do Exército na situação de Reforma, com comissões em Angola (1969-1971) e em Moçambique (1973-1975). Licenciatura e mestrado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Professor de História na Academia Militar de 1982 a 1985 e de 1999 a 2005. Director do Arquivo Histórico Militar e responsável pelo Arquivo da Defesa Nacional entre 1993 e 2007.

Membro da Comissão Portuguesa de História Militar e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Autor de vários estudos e livros sobre a Grande Guerra e a Guerra Colonial e outros assuntos de história contemporânea de Portugal.

poderemos compreender as circunstâncias que levaram às soluções encontradas para responder à situação.

É ainda necessário que este estudo não esqueça a avaliação das reais capacidades militares de Portugal, na consideração dos vários teatros de operações que requeriam ou podiam requerer a presença de forças portuguesas. Para além dos territórios africanos, especialmente Angola e Moçambique, também o território nacional, o Oceano Atlântico e os arquipélagos dos Açores e da Madeira e a eventual ou efetiva participação na frente europeia.

Seguir-se-á a consideração dos objetivos militares definidos para a campanha em geral e para cada uma das expedições e a capacidade de organização de forças e da sua projeção em teatros de operações distantes e com características adversas; assim como a composição das forças, os sistemas logísticos e as relações a estabelecer com as forças amigas na região. Só então se poderão tornar compreensíveis, num quadro de análise geral, os dispositivos das forças no terreno e a sua articulação, bem assim como a crítica do comando e da conduta das operações.

Política internacional

São conhecidas as negociações da Alemanha com a Grã-Bretanha e a disposição desta para ceder às pretensões alemãs, em contrapartida do alívio das perspectivas bélicas que se desenhavam na Europa. Boa parte desta cedência da Grã-Bretanha desenhava-se à custa dos territórios portugueses.

Por seu lado, a Grã-Bretanha definia limites para a expansão colonial da Alemanha, preservando as zonas que considerava estratégicas, mesmo que estivessem na posse de Portugal.

Não parece portanto desadequado pensar que poderia ocorrer, em especial antes do início da guerra, um entendimento, mesmo não formal, entre a Grã-Bretanha e a Alemanha para a partilha dos territórios coloniais portugueses, apesar da aliança entre Portugal e a Inglaterra.

Ameaças

A diplomacia portuguesa sabia das ameaças que pendiam sobre o império colonial. Embora alguns acordos entre a Grã-Bretanha e a Alemanha permanecessem secretos, o governo republicano seguia com atenção as conversações anglo-alemãs. Os argumentos das grandes potências baseavam-se na incapacidade portuguesa, que era real, de aplicar os princípios saídos da Conferência de Berlim. Os territórios portugueses permaneciam poucos desenvolvidos, atrasados e inseguros para o comércio das potências. Qualquer intervenção do governo português para melhorar a situação exigia meios humanos e materiais que Portugal não possuía. Diminuir as ameaças de partilha das colónias portuguesas requeria um grande esforço financeiro e um grande equilíbrio

diplomático, nem sempre ao dispor dos governos portugueses, fosse qual fosse a sua perspetiva em relação à política colonial.

O grande atraso no desenvolvimento de estruturas administrativas e de defesa dos territórios potenciou outra ameaça em torno das revoltas dos povos indígenas. A política colonial portuguesa tinha um longo historial de expedições militares “pacificadoras” e punitivas, mas extremamente dispendiosas. Mas, um pouco paradoxalmente, o exército colonial nunca foi encarado como uma solução, conservando-se, tanto durante a Monarquia como depois da implantação da República, como um corpo praticamente inexistente e esquecido. Na verdade, a República nunca chegou a implementar forças colonias, de acordo com as necessidades dos extensos territórios que administrava.

Estratégia do governo português

Não se afigurava fácil o estabelecimento de uma estratégia eficaz que se opusesse às ameaças que pendiam sobre os territórios coloniais. Mas, uma vez desencadeada a guerra na Europa, as ameaças tendiam a concretizar-se, pelo que o governo português foi obrigado a equacionar o que fazer em relação ao império, em especial à defesa de Angola e de Moçambique.

Uma vez que a posição de Portugal ficou definida logo à partida, neutral sem declarar a neutralidade, com base na recomendação inglesa, o governo português veio a guiar-se, grosso modo, pelas seguintes orientações:

- Implicar a Grã-Bretanha, ao abrigo da secular aliança luso-inglesa, na definição das políticas portuguesas, tanto em relação à defesa das colónias, como à participação de Portugal na frente europeia;
- Obter garantias da negação da Grã-Bretanha a qualquer pretensão de Espanha em relação ao território português;
- Manter a integridade territorial das colónias, em colaboração com as forças aliadas presentes na região, contando com a Grã-Bretanha para a segurança das rotas marítimas e das zonas litorais;
- Manter em segurança o porto da cidade de Lisboa e, uma vez mais com o apoio da Grã-Bretanha, a rota Lisboa-Açores.

Capacidades militares

O governo português procurava consolidar um relacionamento internacional favorável ao regime republicano e à importância de Portugal no contexto das potências coloniais. A defesa militar das colónias, colocadas sob ameaça alemã, não podia deixar de constituir uma prioridade para o governo. Para tal era necessário deitar contas às capacidades militares do país. E como o governo não desconhecia o fraco desenvolvimento das forças militares coloniais, não teve qualquer dúvida em mobilizar expedições para cada um dos territórios ameaçados – Angola e Moçambique.

Como dissemos, as expedições eram dispendiosas, mas a situação exigia essa solução. As duas primeiras expedições foram organizadas logo em Agosto de 1914 e partiram de Lisboa a 11 de Setembro. Os seus objetivos eram muito genéricos, centrando-se na preservação da integridade territorial, na submissão dos povos indígenas e, eventualmente, conforme a evolução dos acontecimentos, na ocupação de uma parte dos territórios alemães vizinhos. Este fim não foi assumido para as primeiras expedições, às quais o governo entendeu frisar que Portugal não se encontrava em conflito com a Alemanha e que deveriam evitar-se confrontos diretos com as suas forças militares.

Esta questão das capacidades militares de Portugal deve merecer um aprofundamento especial, sem o qual não poderemos compreender algumas das opções que foram feitas. Em primeiro lugar é necessário compreender as circunstâncias de reorganização do exército e da marinha, motivada pela mudança de regime. Nos quatro anos que medeiam entre a implantação da República e o começo da guerra europeia, o exército é especialmente atingido por uma série de transformações que enfraqueceram a sua capacidade militar, tanto ao nível da mudança do seu corpo profissional, como dos princípios de mobilização das tropas.

A ideia republicana de reorganização da força armada não se encontrava minimamente consolidada quando a guerra se iniciou – nem nos efetivos, nem na instrução, nem no armamento, nem na organização e disciplina das tropas. A prudência deveria ter sido a ideia chave do comportamento do governo português. Não foi, como sabemos.

Faço aqui este apontamento para deixar claro que nunca é simples a análise de qualquer momento histórico e muito menos se estamos num período de rotura e transição.

Retomemos então a campanha colonial, fazendo-o através da análise mais detalhada da primeira expedição a Moçambique, como exemplo. Ela foi comandada pelo tenente-coronel Massano de Amorim, com larga experiência colonial, sendo a mais recente das suas funções a de governador do distrito de Moçambique de 1907 a 1910.

Embora os objetivos concretos da expedição não estivessem muito claros, Massano de Amorim vai estabelecer a sua missão com bastante rigor:

- Defesa contra a invasão de forças alemãs;
- Submissão dos povos indígenas;
- Cooperação com as forças aliadas na região;
- Prevenção de confrontos em território português.

O governo português, o comando da expedição e o governo-geral de Moçambique deveriam, de acordo com a missão atribuída, disponibilizar meios credíveis, por forma a garantir o essencial das tarefas a realizar pela expedição. Depreende-se da correspondência e do relatório da expedição que muitas foram as dificuldades em conciliar as tarefas a executar com as capacidades fornecidas ao comando da expedição.

A organização das forças

Para Massano de Amorim, que especialmente privilegiamos neste apontamento (mas cujo exemplo se poderá estender a outras expedições), os problemas surgiram quando da organização das forças, tanto no que respeita ao pessoal e material, como aos apoios em Moçambique, assim como aos reabastecimentos e repletamentos.

Por mais bem gizada que estivesse a manobra, na previsão das várias possibilidades do inimigo, a verdade é que sem os apoios necessários, a expedição não poderia por si própria cumprir as tarefas inerentes à missão inicial e muito menos a um aumento de encargos operacionais, como a certa altura foi exigido.

Massano de Amorim concebeu a sua força com meios operacionais e logísticos adequados à missão, ao terreno que bem conhecia e às condições que iria encontrar. Confiou no apoio que receberia do governo de Moçambique e da Companhia do Niassa, ocupante por contrato de toda a zona previsível de operações.

Apesar das providências que Massano de Amorim procurou desencadear a partir de Lisboa e mesmo na sua passagem por Lourenço Marques, em contacto pessoal e prolongado com o governador-geral Joaquim José Machado, a verdade é que, como ele próprio afirma no seu relatório: “Quando porém em 1 de Novembro desembarquei em Porto Amélia nada havia feito”. Nem estradas, nem telégrafo, nem ocupação do território, nem informações sobre o terreno ou sobre as forças alemãs, nem cobertura administrativa, nem cais acostável, nem instalações no porto de desembarque, nem forças indígenas disponíveis, nem carregadores, nem meios de navegação de qualquer espécie.

Por outro lado, a organização da força contou com várias dificuldades iniciais, pois incorporou um significativo número de voluntários, só recebeu muitos oficiais e sargentos quase na véspera do embarque e os soldados careciam de toda a espécie de instrução. Muitos militares não apresentavam compleição física necessária para integrarem uma expedição desta natureza.

Com os objetivos vagos que são apontados às expedições que partem para África, era natural que a composição das forças obedecesse ao esquema habitual, com unidades combatentes, de apoio e de serviços. Por isso, esta expedição incluiu um batalhão de infantaria, um esquadrão de cavalaria e uma bateria de artilharia, assim como um quartel-general e respetivos apoios e ainda elementos dos serviços de saúde, engenharia, administração militar e outros elementos especializados. Tudo o resto, deveria ser providenciado pelo Governo-Geral de Moçambique e pelas autoridades locais, com base em unidades indígenas e em carregadores.

Logística

O mau desempenho das forças portuguesas em Moçambique, conclusão unânime das análises feitas à sua atuação, está também ligado à incapacidade de as dotar com os elementos fundamentais da logística.

Todos se aperceberam, desde muito cedo, das dificuldades que se desenhavam em quase todos os aspetos essenciais à manobra logística – transportes, alimentação, fornecimento de água, reabastecimentos (munições, armamento, víveres, material), instalações, comunicações terrestres, ligações telegráficas, carregadores, etc.

Os problemas iniciaram-se durante a fase de organização da expedição, em Lisboa e também com o transporte da expedição para Moçambique e com as dotações de munições (Massano de Amorim argumenta que teve de aceitar “tais como tinham sido estabelecidas, atendendo a motivos ponderados que me foram então significados” (p. 7), ou seja, a insuficiência da produção nacional e a dificuldade de importação). Embora a expedição fosse portadora da maior parte das necessidades para quatro meses, nem sempre foi possível responder às preocupações iniciais, como por exemplo no fardamento e calçado: “estas deficiências com que lutei relativamente a fardamento e calçado e que muito influíram na saúde do soldado, resultaram principalmente da falta de previsão” (p. 15).

Embora a viagem ocupe um longo capítulo no relatório de Massano de Amorim, interessa-nos apenas salientar a dura prova por que as tropas passaram nesta longa viagem, em condições péssimas de alojamento e alimentação, o que deixou as primeiras marcas na situação sanitária das praças. Estes problemas não deixam de ser surpreendentes, se considerarmos a longa experiência do exército e da marinha em campanhas coloniais.

Mas os verdadeiros problemas começaram no terreno.

A seguir ao desembarque, um longo período foi dedicado à instalação das tropas, tornando-se necessário construir de novo ou reparar a maior parte das instalações destinadas à expedição, assim como regular o abastecimento de água, a panificação, a limpeza e higiene, a contratação de indígenas, os serviços de saúde, a telegrafia.

Tendo escolhido Porto Amélia como base de operações, Massano de Amorim sabia que a fronteira, como principal zona de ação operacional, distava da base mais de 250 km e que por isso se tornava necessária a construção de vias de comunicação e de linhas telegráficas, mas também sabia que as alternativas para bases de operações, que poderiam ser (como vieram a ser) Mocímboa da Praia ou mesmo Palma (ambas muito próximas da fronteira), eram pouco adequadas para estacionamento prolongado de tropas, em especial pelo seu clima, pela falta de instalações e pela maior dificuldade em apoios de outras entidades. As suas recomendações para futuras expedições apontavam para a manutenção da sua opção, mas a decisão política acabou por influenciar a escolha, e as bases foram depois instaladas mais a norte, com péssimos resultados, em especial no estado sanitário das tropas.

Dispositivo e articulação

O plano de Massano de Amorim, uma vez escolhida a base de operações em Porto Amélia, passava necessariamente pela abertura de itinerários em direção ao norte e a oeste, assim como pela construção das respetivas linhas telegráficas. A manobra

logística revestiu-se de características especiais que se torna necessário compreender no contexto em que foi planeada e executada.

Tanto quanto se pode deduzir da disposição das suas tropas no terreno e das suas orientações escritas, Massano de Amorim entendia que as forças alemãs só poderiam penetrar em Moçambique, ou por uma manobra secundária que poderia ser levada a efeito junto ao Lago Niassa (“a fim da passarem para a África Central Inglesa”), ou numa manobra conjunta de infiltração, sendo que neste caso, o poderiam fazer junto à costa, com ataque a Palma e depois a Porto Amélia ou em várias direções simultaneamente (pp. 124-125).

Preconizava por isso uma defesa em profundidade, com postos de vigilância e defesa junto da fronteira, desde Pundanhar, junto à costa até Chiminde, junto ao Lago Niassa, e bases de operações no interior, constituídas por Porto Amélia, Muirite, Metarica e Metangula, a mais de uma centena de quilómetros da fronteira. Estas bases deviam ser dotadas com vias de comunicação e linhas telegráficas a ligá-las entre si e com os postos de fronteira, por forma a poder organizar-se uma resposta adequada e em tempo. Sendo também necessário manter meios navais capazes de deslocarem uma força significativa desde Porto Amélia a qualquer ponto da costa, a norte.

Mas esta estratégia carecia de tempo, apoios e reforços que os responsáveis locais (Governo-Geral e Companhia do Niassa) não estavam em condições de fornecer; carecia também de novas armas e materiais, de tropas robustas e motivadas, o que nunca aconteceu com as expedições portuguesas.

Por isso, a substituição de Massano de Amorim e da sua exausta expedição, no final do ano de 1915, foi a solução que o governo encontrou para alterar a estratégia de Massano de Amorim e responder às vozes que em especial em Moçambique se levantavam contra a alegada inércia dos militares portugueses, que, na sua opinião, em vez de defenderem a fronteira junto ao Rovuma, permaneciam, sem atividade, longe das zonas de maior perigo.

Contudo, a 1ª expedição a Moçambique deixou executado um notável trabalho, que o seu comandante cuidadosamente refere no seu relatório: reconstrução da ponte-cais de Porto Amélia, estrada “para automóveis” com mais de 400 km de Porto Amélia para o interior (com “muitas pontes, algumas de 90 metros”), passando por Montepuez, Muirite e seguindo para Mocímbo do Rovuma. Sobre outras vias Massano de Amorim assegura que deixou praticamente concluída a rede de comunicações.

Quanto às linhas telegráficas, Massano de Amorim encontrou a funcionar a linha Porto Amélia-Palma, assim como Porto Amélia-Moçambique, o que permitia ligação “com todas as estações telegráficas da Província” (p. 180). Para o interior não havia qualquer ligação. Iniciou por isso a construção de duas linhas, uma ligando os postos da margem direita do Rovuma, de Palma a Negomano, com mais de 250 km, e outra, avançando para o interior a partir de Porto Amélia, passando por Montepuez e depois caminhando para norte por Muirite até Mocímbo do Rovuma, com mais de

400 km. A expedição deixou em construção as restantes linhas de apoio (pp. 159-160 e 180-181).

As vias de comunicação e as linhas telegráficas correspondiam à ideia de manobra de Massano de Amorim, prudente e flexível, mas não correspondiam aos desejos do governo de Lisboa e às insistências dos responsáveis locais, que queriam as forças portuguesas a protagonizar façanhas mais notáveis, como a invasão do território alemão, como depois se veio a verificar, com os maus resultados conhecidos.

Forças aliadas

As forças aliadas presentes na região pertenciam à Grã-Bretanha e à União Sul-Africana. Havia também forças belgas, que cooperavam com as forças inglesas no norte. Nesta primeira fase da intervenção das forças portuguesas em Moçambique, o problema não teve grande relevância, embora não deixasse de constituir uma preocupação do seu comandante. Ele sempre esperou que o comando inglês fornecesse ao comando português melhores e mais oportunas informações sobre as forças alemãs, mas isso raramente aconteceu. É necessário ter em conta que neste período Portugal era ainda um país neutral, embora sem declarar a neutralidade, na bizarra fórmula encontrada pelos governantes de Portugal e da Grã-Bretanha logo no início do conflito.

Conclusões – Do comando e conduta das operações

Quando a Grande Guerra teve início, Portugal não estava preparado para desempenhar o seu papel de potência colonial. A relação de Portugal com as colónias vinha sendo influenciada pela constante falta de recursos financeiros e pela ausência de uma estratégia adequada às capacidades reais. A situação de conflito entre potências europeias, com territórios da Alemanha vizinhos das colónias portuguesas de Angola e Moçambique, evidenciou as dificuldades de Portugal para responder à urgente necessidade de reforçar a defesa dos seus territórios.

A tradição da presença portuguesa em territórios coloniais privilegiava a instalação no litoral e a enorme dificuldade de penetração no interior, o que levou ao menor desenvolvimento das vias de comunicação com o interior e à pouca ou mesmo nula presença da administração portuguesa na maior parte dos territórios. Esta situação conduziu também à constante revolta dos povos indígenas, a que Portugal foi respondendo com expedições militares, sempre muito dispendiosas, mas capazes de cumprirem os seus objetivos.

Quando o governo português se viu obrigado a responder à situação criada pela guerra nas colónias de Angola e Moçambique, acabou por seguir o figurino anterior, já que o exército colonial não tinha qualquer capacidade militar e vinha sendo votado ao abandono desde o início do século, sem qualquer tentativa de reorganização ou de qualquer tipo de apoio, tanto do governo central, como dos governos coloniais.

Foi por isso necessário recorrer de novo às expedições militares, enviadas à pressa para Angola e Moçambique, sempre demasiado onerosas e militarmente inadequadas para o tipo de conflito que se previa. De uma forma geral, as expedições foram mal organizadas, com deficiente mobilização, com indefinida missão e fraco apoio político.

Os comandantes das primeiras expedições a Angola e Moçambique tiveram que deduzir a sua missão, tanto pelas oscilações políticas que ocorreram em Portugal, como pela indecisão que caracterizou a posição de Portugal perante a guerra.

Massano de Amorim, comandante da expedição a Moçambique, deixou-nos um relatório de missão com apontamentos justificativos das suas opções e com reflexões que explicam, com muita clareza, os condicionamentos da sua missão.

Fala-nos, mais ou menos longamente, sobre:

- Os princípios de utilização de tropas em condições adversas;
- A relação da ação de comando com a interferência das decisões políticas;
- Os reflexos da inconstância das orientações políticas sobre a capacidade militar;
- A necessidade do estudo do terreno e da sua constante atualização;
- A urgência do conhecimento do inimigo e do permanente acompanhamento das suas ações;
- A influência das infraestruturas de comunicação na capacidade de manobra das forças.

E sobretudo, o relatório alerta-nos para decisiva relevância da preparação das tropas e da sua motivação para o cumprimento da missão. Também se devem realçar as relações das tropas expedicionárias com os povos locais, no que respeita especialmente às tropas indígenas, aos carregadores e trabalhadores e ao comportamento desses povos (são relevante as referências, neste caso, aos Macondes).

Finalmente, se a História deve ser explicada e se ela nos apetrecha com ensinamentos, então torna-se relevante que continuemos a estudar esta campanha de Portugal nas suas colónias durante a Primeira Guerra Mundial. Ficaremos decerto mais capazes de compreender e aproveitar, no presente, o conhecimento que esse estudo nos proporciona.

Bibliografia:

AFONSO, Aniceto e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*. Matosinhos: QuidNovi, 2010 (1ª ed., 2003).

ARRIFES, Marco Fortunato, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique, 1914-1918*. Lisboa: Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2004.

FREIRE, João, *Portugal face à Grande Guerra, 1914-1915*. Lisboa: Colibri, 2014.